

Fatos & Comentários

Em alta e em baixa

As TVs abertas não ligam para as Paralimpíadas – exceção da TV Brasil, da EBC, aquela que o Governo Temer tenta matar por inanição. O noticiário dos canais privados se limita a relatar as medalhas conquistadas pelo Brasil e, quando muito, retratar um caso de “superação”. O chamativo estúdio que a Rede Globo montou no meio do Parque Olímpico está vergonhosamente fechado, às escuras. Quem quiser acompanhar as transmissões, fica limitado ao canal público ou, na televisão paga, a um ou dois canais do SporTV – ante os 16 que só esta emissora oferecia durante as Olimpíadas.

Mas o interessante é que, apesar deste virtual boicote, os Jogos Paralímpicos estão na boca do povo. Nas redes sociais, nos sites, nos ônibus, chama a atenção a quantidade de pessoas interessadas nas competições. Basta olhar para o número de ingressos vendidos: esta quinta-feira deve-se chegar à marca de 1,5 milhão, de 2,5 milhões colocados à venda, o que deixa o Rio com a medalha de prata – em primeiro lugar está Londres-2012, com 2,8 milhões de entradas comercializadas.

Pelo menos duas lições neste caso: a primeira, é o contínuo descasamento entre a mídia empresarial e seu público; a segunda, a redução da importância desta mídia, suplantada por outras fontes de informação mais democráticas.

Portos crescem

Em 26 de outubro, a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) realizará em Brasília o 3º Encontro ATP, que terá como tema “Inovação, tecnologia e sustentabilidade”. O evento reunirá 200 convidados – os principais empresários do setor portuário, autoridades, políticos e entidades de classes em defesa da infraestrutura e logística brasileira.

Entre os palestrantes, a consultora sênior do Porto da Antuérpia, Tessa Major; o representante da América do Sul do Porto de Roterdã, Peter Lugthart; e o diretor de planejamento de negócios e desenvolvimento das Américas do Porto de Dubai, Michael Benthley. O ministro dos Transportes, Maurício Quintella, fará a abertura.

“O setor portuário, mesmo diante da crise econômica que o país enfrenta, dá sinais de robustez com perspectivas ainda maiores de crescimento”, avalia o diretor-presidente da entidade, Murillo Barbosa.

Equiparação

Os médicos da rede federal estão muito próximos de receber a complementação da gratificação por desempenho, suspensa desde 2012, segundo o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio (SinMed/RJ), Jorge Darze, que obteve apoio da senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), líder do governo. A parlamentar vai se reunir com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, para que seja realizado o pagamento da diferença.

No início deste ano, os ministérios da Fazenda e do Planejamento já tinham autorizado os recursos necessários para a equiparação da gratificação por desempenho dos médicos federais a outras categorias de nível superior.

Contribuinte tem opções

Sobre a nota “Nas costas do contribuinte”, publicada nesta coluna dia 13 (12 no site), a Secretaria da Fazenda de São Paulo enviou o esclarecimento: “O objetivo do emissor gratuito pela Secretaria da Fazenda de São Paulo foi a massificação do documento fiscal (NF-e). Quando os documentos fiscais passaram para a forma eletrônica, poucas empresas dispunham do sistema imediatamente, o que poderia gerar dificuldades para os contribuintes. Este quadro se alterou no cenário atual, já que a obrigatoriedade da NF-e se iniciou em 2006, e sua função foi cumprida.

“O emissor gratuito é limitado em suas funções em relação a outros aplicativos disponíveis no mercado que possibilitam integrações com os demais sistemas das empresas. A Fazenda conta também com projetos de sucesso como a Nota Fiscal de Consumidor eletrônica (NFC-e) e o Sistema Autenticador e Transmissor de Cupons Fiscais eletrônicos (CF-e-SAT), para os quais não foram desenvolvidos emissores gratuitos e o mercado tem suprido essa necessidade.

“Desde que o Estado de São Paulo anunciou o fim do emissor gratuito, várias empresas desenvolveram seus produtos e os colocaram no mercado. Há desde versões básicas, inclusive gratuitas, a outras mais completas (...)

“Para atender a uma parcela de 7,8% de contribuintes que utilizam o aplicativo atualmente e terão de se adaptar a outro emissor, a Secretaria da Fazenda concedeu o prazo até 1º de janeiro de 2017 para que o sistema seja descontinuado e a migração possa ser feita gradualmente, informação amplamente divulgada desde abril de 2016.”



Rápidas

A Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Justiça, em parceria com Ministério da Ciência e Tecnologia, realiza o seminário Inicativas do Governo Federal em Tecnologia Assistiva, nesta quinta-feira, às 10h, no Auditório do Armazém 2 da Casa Brasil, no Boulevard Olímpico, Rio de Janeiro *** Nestas quinta e sexta-feira, o Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul realizará o V Congresso sobre Questões Polêmicas no Direito Tributário, nos Tribunais e no Processo Administrativo, no auditório da Aiamu, no Centro de Porto Alegre.

□ **Marcos de Oliveira**
com a Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

RECURSOS PARA PRIVATIZAÇÃO DAS CONCESSÕES

Governo com 80% e investidor com 20%

O investidor privado que quiser participar das concessões ou vendas de projetos nas áreas de transporte, energia e saneamento, dentro do Projeto Crescer, terá que aportar no mínimo 20% do valor financiando, ficando os 80% restantes por conta do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal. Segundo a presidente do BNDES, Maria Silvia Bastos, nos processos anteriores a alavancagem das instituições públicas chegava a 100% e a ideia é emitir debêntures (título de crédito) para que a própria iniciativa privada financie os investimentos, que são de longo prazo, entre 15 e 30 anos.

“Nós reduzimos a alavancagem do BNDES e trabalhamos junto com os outros bancos públicos e os bancos privados para que possamos ter fianças durante o período da obra, que serão dadas pelo setor privado, e também podem ser dadas pelo setor público, para atravessar o período de maior risco”.

'Pagar para ver'

A presidente do BNDES explica que, nesse período, o banco pode oferecer créditos,

mas será dada preferência ao financiamento com debêntures. “Se não conseguirmos atrair o investidor privado em um primeiro momento, o BNDES e a Caixa Econômica podem fazer, até meio a meio, até 80% dessa alavancagem. Mas queremos repassar isso o quanto antes para o setor privado do mercado secundário.” Maria Silvia disse que o país passa por um momento de transição econômica e que o mercado “vai querer pagar para ver” os projetos e o novo modelo de leilão, que tiveram as condições revistas para se tornarem mais competitivos.

“Precisamos ter bons projetos, que tenham atratividade, é necessário ter retorno. Precisa haver um ambiente regulatório claro, transparente, regras claras, bem definidas. Não é um elemento, não é a debênture, o empréstimo ponte. Precisamos ter bons projetos e divulgar bem esses projetos. As concessões antigas sequer tinham editais na língua inglesa, somente na língua portuguesa. Precisa-se dar tempo ao investidor, ter informações consistentes, a agência reguladora precisa exercer o seu papel de fiscalização, o contrato precisa ser bem feito”, ressalta.

Os primeiros editais serão

lançados ainda este ano e a licitação terá prazo de 100 dias para a análise dos interessados. “Nós queremos trazer recursos privados para o financiamento das concessões brasileiras. Estamos em um cenário mundial em que existe excesso de liquidez, taxas de juros negativas, poucos projetos de infraestrutura, nós estamos em um bom momento. Antes eram processos pontuais. Nós temos agora um processo organizado, com regras bastante mais aperfeiçoadas com relação ao que existia”, diz a presidente do BNDES.

Saneamento

Maria Silvia destacou que pelo menos três estados já incluíram suas companhias de saneamento no programa de concessões: Rio de Janeiro, Rondônia e Pará. De acordo com ela, atualmente, no Brasil, ainda existem 35 milhões de pessoas sem acesso a água tratada e mais de 100 milhões de esgoto, além de 50% das escolas brasileiras não estarem conectadas à rede de esgoto. “Nós estamos mesmo na raibeira dos países em desenvolvimento. E o volume de investimento é muito grande.

Reforma do Ensino Médio vai para o Congresso Nacional

A medida provisória (MP) propondo a reforma do ensino médio, caso seja confirmada a dificuldade para aprovação de um projeto de lei sobre o tema que já está em tramitação poderá ser enviada ao Congresso Nacional até o fim da próxima semana, segundo informou nesta quarta-feira o ministro da Educação, Mendonça Filho.

Em situação crítica, o ensino médio foi selecionado como prioritário pelo governo para que sejam promovidas mudanças como flexibilização do currículo, proximidade com o ensino técnico e conexão com as áreas de interesse de cada estudante. Na semana passada, o MEC divulgou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que revelou que a meta do ensino médio está estagnada em 3,7, abaixo dos 4,3 previstos para 2015.

De acordo com Mendonça Filho, “todas as mudanças” nessa etapa do aprendizado “precisam ser aprovadas” até o fim deste ano. Ele explicou que alterações na alfabetização e no ensino fundamental devem ser discutidas após as eleições municipais, no mês

que vem, para evitar a politização do tema, já que esses períodos são de obrigação das prefeituras, e não dos estados.

“Se, porventura, até a próxima semana nós chegarmos à conclusão de que a agenda legislativa não permitirá a votação nas duas Casas [Câmara e Senado] e a sanção até o fim do ano, vamos buscar uma medida provisória”, disse Mendonça Filho, referindo-se ao Projeto de Lei 6.840/2013, que tramita neste momento na Câmara dos Deputados.

Segundo o ministro da Educação, assim que o presidente Michel Temer retornar de sua viagem aos Estados Unidos, na semana que vem, será informado sobre a situação e vai bater o martelo junto com os demais representantes do governo sobre a assinatura dessa MP. Também lembrou que a agenda de pautas da Câmara está trancada por medidas provisórias já enviadas, que serão sucedidas por votações das reformas que o Executivo pretende enviar, o que causa um “receio”+ de que a mudança no ensino médio fique “secundarizada diante de tantas outras prioridades”.

Capital estrangeiro em imóvel rural

A Sociedade Rural Brasileira (SRB) apresentou no último dia 12 ao STF recurso de Agravo Regimental contra decisão liminar proferida pelo Ministro Marco Aurélio de Mello. A liminar suspende o Parecer nº 461/12-E da Corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), que liberava a aquisição de imóveis rurais por empresas brasileiras de capital estrangeiro no Estado de São Paulo.

Pela liminar do Ministro Marco Aurélio de Mello, o Estado de São Paulo deve observar o entendimento da Advocacia Geral da União (AGU), proferido em 2010, que veta a aquisição de propriedades rurais no Brasil por investidores estrangeiros. Ao contrário da AGU, o Estado de São Paulo permitia a aquisição,

como consta no provimento da Corregedoria Geral de Justiça, o qual orientava a atuação dos Cartórios de Registro de Imóveis do estado. Para o Tribunal paulista, a Constituição Federal de 1988 veda a discriminação de empresas brasileiras de capital estrangeiro, para fins de limitação e restrição da aquisição de imóveis rurais.

Valor bruto da produção agrícola

O valor bruto da produção agropecuária (VBP) – a soma do faturamento dos principais produtos do setor – está estimado em R\$ 517,5 bilhões este ano, 2,5% menor que o do ano passado (R\$ 530,7 bilhões). Os dados foram divulgados, nesta quarta-feira, pela Coordenação Geral de Estudos e Análises (CGEA) do Ministério da

Presidente da CPI da Rouanet: 'sem caça às bruxas'

Por unanimidade e sob forte polêmica, o deputado Alberto Fraga (DEM-DF) foi eleito nesta quarta-feira, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que vai investigar irregularidades na concessão de benefícios fiscais previstos na Lei Rouanet (Lei 8313/91). A comissão terá 120 dias para concluir os trabalhos. Um dos autores do pedido que resultou na criação da comissão, Fraga disse que conduzirá o trabalho com isenção e “sem caça às bruxas”. Ele destacou que as suspeitas sobre o financiamento coincidem com o período do governo Dilma Rousseff.

“Não queremos fazer caça a bruxas e não me peçam para participar de chicana. Não vamos fazer política usando a CPI”, disse, acrescentando que não teria sentido a comissão apurar possíveis crimes na fase Michel Temer já que o novo governo assumiu há poucos dias. “Não vamos prejudicar ninguém, mas também não vamos encobrir falcatura de ninguém”, afirmou.

Os 30 deputados que integram a comissão vão se debruçar sobre auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU). Denúncias veiculadas na imprensa dão conta da existência de uma série de irregularidades na operacionalização da lei, como a priorização

Para se universalizar o sistema de saneamento no país, são necessários pelo menos R\$ 300 bilhões. Com a crise fiscal em todos os níveis de governo, somente com o setor privado”.

De acordo com ela, o BNDES fará, ainda este mês, três reuniões com representantes de todos os governos estaduais, “para mostrar a eles como o banco pode apoiar esse processo”. “Nós vamos fazer naquele molde do Programa Nacional de Desestatização, vamos desde a contratação do estudo até a assinatura do contrato. Vamos fazer um apoio técnico importante para que os estados possam avançar nessa universalização do saneamento. Vamos contratar os estudos com os recursos do banco. Temos recursos orçamentários para fazer isso e é um investimento que pode ser ressarcido se o leilão tiver sucesso”.

Maria Silvia Bastos falou com a imprensa após participar, nesta quarta-feira da Sessão Especial do XVIII Fórum Nacional, organizado pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae). O tema do evento, que termina nesta quinta-feira, é “Investimento contra a crise e procurando voltar a crescer”.

de financiamento para projetos culturais de artistas ou personalidades ligadas ao governo petista e a concessão de incentivos para eventos de grande porte considerados lucrativos, que não se encaixariam nas normas de beneficiários da Lei Rouanet.

“Temos que tirar desta CPI algo que venha beneficiar a sociedade, especialmente os artistas iniciantes. Foi por causa deles. Fere aos nossos ouvidos saber de artistas consagrados terem seus shows de R\$ 4 a R\$ 5 milhões financiados, quando tem até jatinho, e os coitados que estão iniciando carreira não conseguem financiamento para gravar uma música”, disse. Fraga ainda lembrou de denúncias como as de uso dos recursos da lei para custear uma festa de casamento “luxuosa”.

A lei foi criada em 1991 para estimular projetos culturais a partir de incentivos fiscais. Mais de 3 mil projetos estavam recebendo o apoio a cada ano. No final de junho, a Polícia Federal deflagrou a Operação Boca Livre para apurar o desvio de recursos federais por meio da lei. Foram expedidos 14 mandados de prisão temporária e 37 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Fraga não marcou a próxima reunião da comissão.

Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os principais motivos para a diminuição do VBP são problemas climáticos na safra 2015/2016, como estiagens prolongadas e altas temperaturas, que reduziram a produção de grãos em 10,3%.

Indústria: custo cai e câmbio prejudica

Os custos industriais caíram 1,1% no segundo trimestre em relação aos primeiros três meses deste ano, com a primeira queda no Indicador de Custos Industriais, desde o terceiro trimestre de 2014, informou a Confederação Nacional da Indústria (CNI). A redução foi puxada pela queda dos custos com capital de giro e com bens intermediários importados. No segundo trimestre, o custo com capital de giro caiu 7,7% e o de custos com

bens intermediários recuou 11,2% na comparação com o período imediatamente anterior, especialmente por causa da recente valorização do real diante do dólar.

Mercosul: Venezuela contesta decisão

A ministra de Relações Exteriores da Venezuela, Delcy Rodríguez, disse que o governo do seu país manterá sua luta em defesa do tratado constitutivo do Mercosul, que prevê a troca da presidência pro tempore a cada seis meses e por ordem alfabética. O comunicado foi uma resposta ao anúncio feito na véspera pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai de que o grupo regional será comandado conjuntamente por eles pelos próximos seis meses.